

BOLETIM

INFORMATIVO

A REVISTA DO SISTEMA

SISTEMA FAEP



Ano XXIV nº 1352 - 11/07/2016 a 17/07/2016

Tiragem desta edição 26.000 exemplares

AJUSTE FISCAL

PARA EVITAR ROMBO NO ORÇAMENTO



Manifesto

Apoio a
Michel Temer

SENAR-PR

Referência em
Capacitação

www.sistemafaep.org.br

MANIFESTO DE CONFIANÇA AO GOVERNO BRASILEIRO

O agronegócio brasileiro reunido por ocasião do Global Agribusiness Forum (GAF), reafirma sua confiança na nova etapa de gestão do nosso País, sob o comando do Presidente Michel Temer.

Fundamental na geração de divisas, emprego e renda, e estratégico para o desenvolvimento sustentável do Brasil, o agronegócio acredita que a nova administração federal tem legitimidade constitucional e conta com o comprometimento de uma equipe econômica competente. Acredita também na sua capacidade para reorganizar aspectos macroeconômicos essenciais no curto prazo para que a partir de reformas estruturais profundas possamos readquirir a confiança do setor privado, retomar investimentos e, consequentemente, recolocar o Brasil na trajetória de crescimento.

Além dos profissionais da área econômica, a montagem de um gabinete ministerial de reconhecida capacidade técnica e larga experiência política para as pastas da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Relações Exteriores — apenas para destacar alguns dos ministérios —, reforça a percepção do setor produtivo de que a nova administração trabalha com seriedade e determinação para que o País tenha uma maior eficiência na implantação de suas políticas públicas.

Neste novo momento, o agronegócio brasileiro, garantidor da segurança alimentar no mundo e simultaneamente responsável pela geração de significativas divisas para o Brasil, acredita, ainda, que o Governo

Temer tem todas as condições de dar novo ritmo, com pragmatismo diplomático e inteligência comercial, à conquista de novos mercados para os produtos brasileiros no comércio internacional.

É importante darmos espaço a uma visão eficiente de gestão pública, ancorada no contínuo avanço tecnológico, na força e no empreendedorismo do empresário moderno, principalmente do empresário rural brasileiro. O agronegócio, que se destaca entre os setores produtivos de nosso país, tem plena segurança em afirmar que pode fazer ainda mais pelo Brasil, assumindo a responsabilidade para participar ativamente dessa transformação para um Brasil fundamentado num modelo de desenvolvimento socioeconômico que privilegie a livre iniciativa, a segurança jurídica e a eficiência produtiva e mercadológica.

Certamente, as reformas de caráter estrutural são o maior desafio para a nossa sociedade. Mudanças profundas no nosso modelo de desenvolvimento forçarão os brasileiros a se engajarem na redefinição de prioridades, a fim de ajustarmos distorções e privilégios recorrentemente disfarçados de direitos adquiridos. Assim, confiamos que a liderança do Presidente Michel Temer será capaz de pacificar e unificar todos os brasileiros para que seja possível construirmos um novo amanhã para o nosso País.

São Paulo, 4 de julho de 2016.

Entidades:

ABAG - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGRIBUSINESS
ABBA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA BATATA
ABCS - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CRIADORES DE SUÍNOS
ABEZ - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CRIADORES DE ZEBU
ABIEC - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS EXPORTADORAS DE CARNE
ABIFUMO - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DO FUMO
ABIOVE - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE ÓLEOS VEGETAIS
ABPA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PROTEÍNA ANIMAL
ABRAMILHO - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE MILHO
ABRAPA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE ALGODÃO
ABRASS - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE SEMENTES DE SOJA
ACNB - ASSOCIAÇÃO DOS CRIADORES DE NELORE DO BRASIL
ACRIMAT - ASSOCIAÇÃO DOS CRIADORES DE MATO GROSSO
ACRISMAT - ASSOCIAÇÃO DOS CRIADORES DE SUÍNOS DE MATO GROSSO
AENDA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS DEFENSIVOS GENÉRICOS
AGROBIO - ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS DE BIOTECNOLOGIA NA AGRICULTURA E AGROINDÚSTRIA
AIBA - ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES E IRRIGANTES DA BAHIA
ALCOPAR - ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES DE BIOENERGIA DO ESTADO DO PARANÁ
AMA BRASIL - ASSOCIAÇÃO DOS MISTURADORES DE ADUBOS DO BRASIL
AMPA - ASSOCIAÇÃO MATOGROSSENSE DOS PRODUTORES DE ALGODÃO
ANDEF - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DEFESA VEGETAL

APROSMAT - ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE SEMENTES DE ALGODÃO
APROSOJA - ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE SOJA DE MATO GROSSO DO SUL - MS
APROSOJA-BR - ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE SOJA E MILHO DO BRASIL
APROSOJA-MT - ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE SOJA E MILHO DO ESTADO DE MATO GROSSO
APROSSEN-BA - ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE SEMENTES DO ESTADO DA BAHIA
ASSOCON - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE CONFINADORES
CNA - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL
CNC - CONSELHO NACIONAL DO CAFÉ
FAEP - FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ
FAESP - FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO
FAMASUL - FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DE MATO GROSSO DO SUL
FAMATO - FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO MATO GROSSO
FÓRUM NACIONAL SUCROENERGÉTICO
GIROLANDO - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CRIADORES DE GIROLANDO
IBÁ - INDÚSTRIA BRASILEIRA DE ÁRVORES
IMAC - INSTITUTO MATO-GROSSENSE DA CARNE
OCB - ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS
ORPLANA - ORGANIZAÇÃO DE PLANTADORES DE CANA DA REGIÃO CENTRO SUL DO BRASIL
SINDAN - SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS PARA SAÚDE ANIMAL
SINDIRIÇÕES - SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE ALIMENTAÇÃO ANIMAL
SINDIVEG - SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS PARA DEFESA VEGETAL
SRB - SOCIEDADE RURAL BRASILEIRA ÚNICA
ÚNICA - UNIÃO DA INDÚSTRIA DE CANA-DE-AÇÚCAR
UNIPASTO - ASSOCIAÇÃO PARA FOMENTO À PESQUISA DE MELHORAMENTO DE FERRAGERIAS

Preocupados com a crise financeira, lideranças empresariais vão à Assembleia



Representantes de entidades do setor produtivo demonstram preocupação com a situação financeira do Estado

Representantes das principais *entidades empresariais do Estado estiveram na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) na terça-feira (5) demonstrando preocupação com a crise financeira que tem afetado os Estados brasileiros. Na reunião no Salão Nobre do Legislativo, a discussão foi a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que tramita na Casa, e possíveis adequações ao texto que estabelece as metas fiscais para o próximo exercício. “O que o sistema produtivo quer é que os governos federal e estadual não gastem mais do que arrecadam”, afirmou o presidente da FAEP, Ágide Meneguette.

É importante, segundo Ágide, que a sociedade perceba o alerta que o momento exige. “A solução para o Estado é a receita simples da dona de casa que não pode gastar mais do que ganha. A administração é a mesma de uma grande família”. Ainda de acordo com ele, é necessário que o Estado equilibre suas finanças para que possa investir nas obras necessárias e em projetos que permi-

tam o desenvolvimento do setor produtivo que é quem pode gerar empregos e contribuir com o desenvolvimento do Estado.

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Ademar Traino (PSDB), ao lado de 23 parlamentares, ressaltou a iniciativa dos empresários de acompanharem as decisões políticas e promoverem o debate público. “É um fato inédito. Eu estou aqui há 27 anos e é a primeira vez que se promove uma reunião dessa magnitude. O setor produtivo do Paraná, preocupado com a economia do nosso Estado e com o momento crítico da economia brasileira, vem à Casa de Leis para posicionar-se em relação à elaboração da nossa LDO e tomar posições claras em relação às políticas públicas que poderão ser implantadas, a partir da LDO”.

*Entre outras lideranças, também estiveram presentes à reunião no Legislativo representantes do Sinduscon, da Associação Comercial do Paraná, do Movimento Pró-Paraná, da FIEP, do Instituto Democracia e Liberdade (IDL), do Sistema Ocepar, da Faciap e da Alcopar.

Governo deve suspender correção salarial do funcionalismo

O governo do Estado não tem como manter o reajuste do funcionalismo público previsto para janeiro de 2017. A situação deve se agravar com a aprovação do projeto de lei complementar que tramita na Câmara Federal e trata da renegociação da dívida dos Estados. A proposta alonga o prazo para pagamento das dívidas dos Estados e do Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal. Em contrapartida, os Estados terão que cortar gastos, aumentar a contribuição previdenciária de servidores, entre outros. Na última semana a Câmara rejeitou o requerimento de urgência para acelerar a tramitação do projeto.

No Paraná, a Assembleia Legislativa cancelou o recesso aguardando para votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que estabelece as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2017 e pelo regimento interno tem que ser aprovada antes do fim do primeiro período das sessões legislativas. O deputado Elio Rusch (DEM), relator do projeto na Comissão de Orçamento da Casa considerou prudente aguardar a votação pelo Congresso Nacional do Plano de Auxílio aos Estados.

O governo do Estado deve enviar, ainda nos próximos dias, à Assembleia Legislativa o projeto de alteração da LDO que prevê o reajuste salarial dos funcionários públicos para que haja recursos para os serviços e obras essenciais ao Estado. Os benefícios aos servidores causariam um rombo de R\$ 1 bilhão nas contas do Estado.

Hoje a folha salarial do Paraná é de R\$ 1,6 bilhão/mês. Isso representa uma despesa de R\$ 21,7 bilhões no ano (somando os encargos, a despesa sobe para R\$ 28,5 bilhões). Entre ativos, pensionistas e aposentados, são cerca de 280 mil servidores no

quadro do Estado.

Caso conceda o reajuste, o governo do Paraná deverá exceder os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Atualmente, o Estado já compromete 44,28% da Receita Corrente Líquida (RCL) com pessoal.

Se alcançar 46,55% da receita RCL, o Executivo entra no limite prudencial que implica uma série de sanções administração. Caso chegue em 49%, comete uma improbidades administrativa que impede ao Estado receber transferências voluntárias da União.

A despesa com folha é fixa e a arrecadação é variável. Os percentuais de gastos com pessoal são calculados sobre a receita. Ou seja, se a arrecadação cai (como acontece hoje), o percentual da despesa aumenta.

O aumento causaria uma série de restrições ao Estado como concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título o acesso aos empréstimos internacionais que estão em andamento para a execução de obras e serviços essenciais ao Estado.

Num momento em que o país sofre as consequências de uma crise sem precedentes, com 11 milhões de desempregados e o setor produtivo amargando prejuízo em cima de prejuízo, a pergunta é porque a iniciativa privada deve pagar o preço e o funcionário público não? Cadê o exercício da nossa responsabilidade diante da situação que vivemos como país?

Por mais impopular que a pergunta seja, ela tem que ser feita no momento em que é necessário unir esforços para sair do buraco. Fazemos um parêntese para lembrar que funcionário público tem vencimentos maiores, estabilidade de emprego e aposentadoria integral enquanto milhares de pais de família estão sem dormir assombrados pelo fantasma do desemprego ou acumulando ati-



Ademar Traiano reconhece a magnitude da ação promovida pelas lideranças empresariais do Estado

vidades para compensar a redução do número de trabalhadores.

O setor produtivo, que é quem gera riquezas, está amargando prejuízos, a inflação batendo a porta, o Produto Interno Bruto (PIB) vem amargando constantes quedas. A economia brasileira registrou o pior resultado dos últimos 25 anos em 2015, retraindo 3,8%.

Os recordes negativos dos índices de referência da economia são resultado de uma política errônea adotada pelo governo federal nos últimos anos que tentou estancar a crise com medidas paliativas e pontuais. Se acrescentado os problemas políticos gerados pela corrupção institucionalizada que está anestesiando o país a tal ponto que já não se abala ao ver a cada dia um novo nome envolvido no esquema de corrupção que está se revelando muito além da Petrobras se tem um panorama geral do imbróglio.

Parece não ter fim o processo de delação premiada, prisões, esquemas fraudulentos que tomaram conta do vocabulário brasileiro. Os valores que vieram a tona nos esquemas de desvio de dinheiro público somados daria para resolver as situações emergenciais do país, sem contar os prejuízos indiretos gerados com a corrupção como perda de credibilidade, queda nos investimentos estrangeiros, desvalorização da moeda e tantos outros.

A corrupção também afeta a efetividade e a qualidade do governo e da administração que são menores quanto maior for a corrupção. Porém, o fato é que o momento é de retração da economia com queda na arrecadação dos Estados e municípios que são afetados muito mais do que o governo federal. Vale ressaltar que se há algumas décadas o governo federal ficava com 40% da arrecadação total do país, hoje esse percentual subiu para 65%. Essa diferença saiu do bolso dos Estados e dos municípios que dividem os 35% restantes para cumprirem seus compromissos que incluem a folha de pagamento de ser-

vidores que leva a maior parte do bolo dentro do limite da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Diante desses fatos podemos afirmar que os Estados e municípios estão “quebrados”. São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Rio Grande do Sul e Goiás são alguns dos Estados mais endividados. Se fossem registrados todos, seria difícil relacionar os que estão conseguindo equilibrar suas finanças. Alguns governadores anunciaram cortes em custeio e investimento, além de redução de cargos e secretarias e parcelamento dos salários do funcionalismo. A situação mais crítica é do Rio de Janeiro que decretou estado de calamidade pública e que em função das Olimpíadas tem sua situação mais evidenciada. O Rio Grande do Sul teve suas contas bloqueadas com o calote na União.

Não sobram muitas saídas aos governos estaduais para equilibrar suas contas; ou se eleva tributos para aumentar a receita ou se atrasa os pagamentos ou vai para o famoso calote mesmo. É o caminho de qualquer um que deve mais do que recebe. Ajuste fiscal é o caminho mais difícil, porém aumentar a receita no momento atual é falta de bom senso.

O Paraná ainda se encontra em situação razoável se comparado aos Estados já citados, mas isso não significa que dê para absorver esse déficit. É por isso que as entidades do setor produtivo estão dando apoio ao governo do Estado nessa decisão tão dura, porém necessária. Por entender que não se pode agravar ainda mais a crise. São necessários investimentos importantes para o crescimento do Estado e por mais que austeridade nas contas públicas não resulte em popularidade e que haja uma preocupação de alguns parlamentares com as eleições municipais que estão batendo à porta, há medidas que precisam ser tomadas para que a crise não permaneça por mais tempo do que o necessário.



Para os representantes das entidades medidas precisam ser tomadas para garantir futuros investimentos e o crescimento do Estado

CARTA AOS DEPUTADOS ESTADUAIS

A sociedade brasileira atravessa uma crise sem precedentes. Já são mais de 11 milhões de desempregados. O conjunto dos salários dos que ainda tiveram sorte de manter seus empregos vem diminuindo. O comércio dispensa empregados por falta de movimento e fecha suas portas, com reflexo direto na indústria, que dispensa também.

A arrecadação do setor público despenca e os serviços públicos, que já não eram bons, tornam-se piores por falta de recursos.

Em meio a esse descalabro, apenas os funcionários públicos mantêm suas vantagens, com aumentos periódicos. Ao contrário dos trabalhadores da iniciativa privada, o funcionário público tem garantia de emprego, tem vencimentos maiores e goza de vantagens na aposentadoria integral o que o transforma em privilegiado num momento tão difícil.

Cremos que chegou a hora de o funcionalismo público – e no nosso caso o estadual – dar a sua contribuição, abrindo mão do reajuste salarial para evitar pressão sobre o orçamento do Estado para que haja recursos para os serviços e obras essenciais.

A proposta do Governo do Estado de suspender a correção salarial do funcionalismo público neste momento é correta e justa. O sacrifício tem que ser de todos, empresários, trabalhadores e servidores públicos. A crise precisa ser dividida por todos.

Por esta razão, pedimos a Vossa Excelência que aprove o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias do Governo do Estado na parte referente ao reajuste do funcionalismo.

Atenciosamente

Ágide Meneguette

Presidente da FAEP

PAPOS

- Me disseram...
- Disseram-me
- Hein?
- O correto é 'disseram-me'. Não 'me disseram'.
- Eu falo como quero.
- E ti digo mais... Ou 'digo-te'?
- O quê? - Digo-te que você...
- O 'te' e o 'você' não combinam.
- Lhe digo?
- Também não. O que você ia me dizer?
- Que você ta sendo grosseiro, pedante e chato. E que vou ti partir a cara. Lhe partir a cara. Partir a sua cara. Como é que se diz?
- Partir-te a cara.
- Pois é. Partir-la hei de, se você não parar de me corrigir. Ou corrigir-me.
- É para o seu bem.
- Dispensando as suas correções. Vê se esquece-me. Falo como bem entender. Mas uma correção e eu...
- O quê?
- O mato.
- Que mato? -
- Mato-o. Mato-lhe. Matar-lhe-ei-te. Ou viu bem?
- Eu só estava querendo...
- Pois esqueça-o e pára-te. Pronome no lugar certo é para elitismo.

- Se você prefere falar errado...
- Falo como todo mundo fala. O importante é me entenderem. Ou entendem-me?
- No caso... Não sei. - Ah, não sabes? Não o sabes? Sabes-lo não? - Esquece.
- Não. Como 'esquece' ou 'esqueça'? Ilumine-me. Mo diga. Ensine-lo-me, Vamos.
- Depende.
- Depende. Perfeito. Não o sabes. Ensinar-me-lo-ias se o soubesse, mas não sabes-o.
- Está bem, está bem. Desculpe. Fale como quiser.
- Agradeço-lhe a permissão para falar errado que me dás. Mas não posso mais dizer-lo-te o que dizer-te-eia.
- Por quê? - Porque, como todo esse papo, esqueci-lo."

Veríssimo, Luis Fernando. Novas comédias da vida pública – a versão dos afogados.



SISTEMA FAEP



SISTEMA FAEP/SENAR-PR

FAEP - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124 | www.sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br
SENAR - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779 | www.sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Endereço para devolução:
Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE
CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| ☐ Mudou-se | ☐ Falecido |
| ☐ Desconhecido | ☐ Ausente |
| ☐ Recusado | ☐ Não procurado |
| ☐ Endereço insuficiente | |
| ☐ Não existe o nº indicado | |
| ☐ Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em / /
Em / /

Responsável

A versão digital deste informativo
está disponível no site:

sistemafaep.org.br